

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Volta a ilusão de usar royalties para evitar ajuste fiscal.....	2
Título: Intervenção estatal no relógio biológico	4
Título: Menos gás	5
Título: Secretário de SP é cotado para equipe de Guedes.....	7
Título: Governo negocia fatia dos estados em receita de leilão	8
Título: Pedro Guimarães, especialista em privatizações, deve presidir a Caixa	10
Título: Cade faz acordo com empreiteiras da Lava-Jato	11
Título: Aposta na floresta	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Para associações do etanol, estudo da Fazenda não implica liberação de venda.....	15
Título: Pelas beiradas	16
Título: Sondado para secretaria, Poit vê privatização como caminho sem volta	17
Título: A ideia de esquartejar a Petrobras não é nova.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Retomada faz subir os lucros das empresas	20
Título: Justiça paralisa venda de empresas da Eletrobrás	21
Título: Acordo garante pré-sal a Estados BRASÍLIA.....	22
Título: Justiça paralisa venda de empresas da Eletrobrás	23
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	24
Título: Amazonas Energia afetará conta de luz.....	24
VEÍCULO: Valor Econômico.....	26
Título: Cessão onerosa pode render R\$ 40 bi a mais.....	26

Título: Novos governadores contestam exigência à Vale em concessões	27
Título: Desmate na Amazônia é nocivo à agropecuária, indica estudo	30
Título: Francesa Total compra Zema Petróleo, com 280 postos.....	32
Título: Francesa Total compra Zema Petróleo, com 280 postos.....	34
Título: Aço Cearense reduz dívida em R\$ 1 bi.....	37
Título: Destaques	38
Título: Consumo de etanol tende a resistir à baixa do petróleo.....	39
Título: Destaques	41

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Volta a ilusão de usar royalties para evitar ajuste fiscal

Políticos nada aprendem e repetem o erro de aplicar recursos voláteis em gastos fixos e engessados por lei

A receita da falência fiscal do Rio de Janeiro é conhecida. O governo confiou, apesar dos alertas, na perenidade da receita flutuante dos royalties do petróleo, destinou o dinheiro a gastos engessados — como benefícios previdenciários—, o preço da commodity caiu no mercado, conforme previsto, os royalties minguaram, e como os gastos não puderam ser cortados, a crise explodiu com força.

Assim, salários, aposentadorias e pensões do funcionalismo atrasaram, causando no estado uma depressão das mais graves na Federação, toda ela abalada pela profunda recessão de 2015/ 16. Até hoje, o estado e a cidade do Rio não se recuperaram totalmente. O comércio ainda padece, e a indústria imobiliária só agora emite débeis sinais de recuperação.

O Rio de Janeiro, por sinal, segundo O GLOBO, já comprometeu R\$ 128,5 bilhões de arrecadação futura de royalties com aposentadorias. Nada de investir para o futuro: educação, ciência e tecnologia, por exemplo. Mais uma vez, a lição não foi aprendida pelos políticos, que voltam a repetir o mesmo erro. Não mais apenas no Rio, mas, com exceções, em toda a Federação.

Afinal, como há pouco revelou a Secretaria do Tesouro, a real situação fiscal da Federação continua grave. Revistos os números dos estados, que costumam maquiar os índices, 14 deles têm despesas com pessoal (salários e benefícios previdenciários) acima do teto de 60% das receitas líquidas, fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já precisariam ter tomado providências, mas, como a legislação é falha na sua execução, nada fazem e preferem voltar a bater às portas de uma União também deficitária. Também novamente, os royalties do petróleo passam a ser vistos como salvação. Até porque o preço do petróleo subiu —a que estão vinculados os royalties—e a produção cresce com o avanço da exploração no pré-sal. Tudo ilusório.

Desta vez, governadores sonham com o aceno do futuro ministro Paulo Guedes, avalizado pelo atual, Eduardo Guardia, de receberem 20% da receita do bilionário leilão de petróleo do pré-sal, envolvendo a área do contrato da cessão onerosa firmado entre União e Petrobras. Este acordo viabilizará a aprovação urgente, no Senado, do projeto de lei que sanciona o entendimento entre a estatal e a União.

É inteligente atrair governadores e bancadas dos estados com o dinheiro dos royalties. Apressa a aprovação deste ou de qualquer outro projeto. Mas não resolve o problema estrutural das finanças públicas na Federação. Na verdade, incentiva governadores e prefeitos a empurrarem para frente os ajustes que precisam fazer. É bom sinal que governadores peçam ao grupo de Bolsonaro mudanças que acabem com a rigidez da estabilidade do servidor.

Como a conta de pessoal é, em geral, o segundo maior item dos orçamentos públicos, esta mudança é estratégica. Mas a LRF, por exemplo, já prevê demissões no funcionalismo depois que os gastos de pessoal ultrapassem os 60% das receitas líquidas. Há casos de mais de 70%, e nada acontece. A negociação em torno da repartição do dinheiro arrecadado no leilão do pré-sal foi uma oportunidade perdida para exigir alguma contrapartida de austeridade de estados e municípios.

Se algo não for feito nesta direção, o uso dos royalties para tapar rombos na Federação apenas adiará outra grave crise fiscal, com a repetição dos dramas vividos no Rio de Janeiro, agora em escala nacional.

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/11/2018****Seção: Artigos****Autor: Luiz Roberto Nascimento Silva****Título: Intervenção estatal no relógio biológico**

O horário de verão começou este mês. Passamos por uma eleição dura, plebiscitária. A internet mostrou sua porção remédio, como sua porção veneno. Escolho assim um tema ameno para retornar minha colaboração neste espaço. O horário de verão foi adotado pela primeira vez durante a Primeira Guerra Mundial em vários países europeus, como a Inglaterra e a Alemanha, e pelos Estados Unidos. Esses países situados em altas latitudes têm os dias muito aumentados devido aos horários de nascer e pôr do sol com longos crepúsculos.

Nesses países, no verão existem dias muito longos, e o período de luminosidade é assim aproveitado. Não é o nosso caso. Ele foi implantado continuamente de 1985 até hoje. **O Ministério de Minas e energia** reconhece que a adoção da hora adiantada não resulta mais na mesma economia de energia, nem econômica. Os padrões de consumo mudaram com os anos. O vilão da energia era o chuveiro elétrico, hoje é o ar condicionado.

Em termos de consumo integrado —diurno e noturno— não há redução. Então, por que intervir no relógio biológico das pessoas se a economia diminuiu? Vemos nas matérias pela imprensa e televisão que algumas pessoas gostam, outras não. Algumas atividades se beneficiam; outras perdem. Mas o ponto não é só econômico. É outro: não é função do Estado intervir dessa forma na vida e nas escolhas das pessoas.

O tema nos remete a outro que é o que mais interessa debater e refletir. Qual a faixa legítima que um regime democrático deve ter em relação à esfera individual do cidadão? Quais são os limites de obediência ao Estado que temos que ter numa democracia? Isaiah Berlin, num estudo clássico, criou uma classificação de liberdade "negativa" e liberdade positiva. Ser livre, num certo sentido, significa não sofrer interferência dos outros.

Quanto maior a área de não interferência, mais ampla é a nossa liberdade. Entretanto, os homens poderiam ilimitadamente interferir na vida em sociedade criando o caos social. Todos somos interdependentes, e a atividade de nenhum homem é completamente privada. A liberdade de alguns precisa depender da limitação de outros. Assim, cabe ao Estado criar regras no interesse de todos. Isso preconizou Hobbes.

Essa seria a liberdade "negativa". O sentido "positivo" da palavra "liberdade" deriva do desejo do indivíduo de ser seu próprio amo e senhor. Tem origem na possibilidade de não ser impedido por outros homens de escolher o que cada um individualmente deseja e quer. Sem liberdade, não há espaço para a criatividade, para a originalidade, para a coragem moral, e a sociedade fica esmagada pela mediocridade coletiva. Esse é o contraponto de Stuart Mill.

Temos vários exemplos quase kafkanianos que foram se acumulando sem que as pessoas reagissem. Uma prefeitura impediu que os estabelecimentos colocassem sal na mesa. Outra regulou o modelo dos facões que podiam ser usados pelos vendedores de coco. O eleitor é obrigado a votar sob pena de severas sanções, mesmo sendo outro pleito com mais de 30% de abstenções, votos brancos e nulos.

Exige-se o reconhecimento de firma de papéis que ficam esquecidos nas repartições. Os exemplos são infinitos. É preciso que a sociedade fique atenta em relação à natureza e aos limites que o poder tem condição de ser legitimamente exercido pela sociedade sobre o indivíduo. Num momento em que acabamos de sair de um processo eleitoral intenso e antagônico, a discussão desse aspecto da democracia, que é suprapartidário, parece-me oportuna. É uma outra forma de adiantar os ponteiros de uma agenda moderna para o país.

Luiz Roberto Nascimento Silva é advogado e foi ministro da Cultura

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa

Título: Menos gás

Petrobras vai rever contrato e deve reduzir importação à metade

A Petrobras vai rever o contrato de fornecimento de gás com a Bolívia, que vence no fim do próximo ano. O acordo firmado com a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) prevê que a estatal brasileira pode importar até 30 milhões de metros cúbicos por dia. De acordo com a proposta já discutida pelas áreas técnicas da Petrobras, o volume deve ser reduzido para metade deste volume: 15 milhões de metros cúbicos por dia. A quantidade é equivalente ao mercado atendido pela Comgas, no estado de São Paulo.

O contrato de importação de gás boliviano é uma das questões que o futuro presidente da companhia, o economista Roberto Castello Branco, vai analisar. Fontes próximas ao executivo afirmam que ele ainda não tem uma posição a respeito, mas que, provavelmente, vai acompanhar a sugestão da área técnica da companhia, considerando inclusive que a prioridade da empresa será aumentar a produção nos campos do pré-sal.

A Petrobras é obrigada, hoje, por contrato apagar por 24 milhões de metros cúbicos diários mesmo que não sejam importados. Como nos últimos anos a demanda tem sido baixa, a estatal tem excedente de gás a receber que já foi pago. As discussões entre as estatais dos dois países envolvem ainda o vencimento de um contrato de transporte de gás. Em 31 de dezembro do ano que vem vence o contrato de transporte referente a 18 milhões de metros cúbicos por dia, e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) prepara uma chamada pública para o início do próximo ano a fim de checar quais empresas poderiam demonstrar interesse em assumir parte do serviço.

A parceria com a Bolívia neste segmento data de meados da década de 1990, quando foi construído o Gasbol (gasoduto Bolívia-Brasil), visto à época como um fator importante para promover a integração latino-americana. O acordo entre os dois governos para a importação do gás natural foi assinado em 1993.

A aproximação, porém, começou a azedar a partir de meados dos anos 2000. Ao tomar posse na presidência da Bolívia, Evo Morales, anunciou a nacionalização do setor de petróleo. Em 2006, ele promoveu a invasão de refinarias da Petrobras, que era a petrolífera com maior participação no país. A estatal acabou vendendo seus ativos no país ao governo boliviano.

A nacionalização do setor de óleo e gás na Bolívia acendeu a luz amarela no Brasil diante da alta dependência que tinha, à época, do gás importado. A Petrobras desenvolveu projetos para aumentar a produção, construir gasodutos, além de investir em terminais de liquefação de gás no Rio e na Bahia, para viabilizar a importação do produto na forma líquida.

Especialistas avaliam que, a médio e longo prazos, o gás da Bolívia terá papel de complemento da demanda. Isso porque a produção deve crescer fortemente a partir de 2022, quando começa a ser produzido e entregue ao mercado o gás dos campos do pré-sal. Hoje, a Petrobras gasta US\$ 1,3 bilhão por ano com a compra do montante mínimo de gás da Bolívia.

— O mercado de gás natural, como todo o setor de petróleo e gás, está passando por uma grande transformação. Nos próximos anos, vamos ver o aumento da oferta doméstica de gás e a redução da dependência de importações. As negociações sobre a renovação do contrato com a Bolívia vão

ocorrer nesse contexto — afirma Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo.

NOVO FÔLEGO COM PRÉ-SAL

Segundo projeção da Abegás, que reúne as distribuidoras de gás canalizado, a produção total de gás no país vai passar de 100 milhões de metros cúbicos por dia para 110 milhões em 2002. A projeção indica que, em 2026, o patamar de produção chegue a 140 metros cúbicos por dia.

Para Marco Tavares, sócio da consultoria Gas Energy, mesmo com a revisão do contrato, o mercado vive uma fase de transição:

— A produção no pré-sal vai gerar preços competitivos. E as empresas no Brasil precisam ganhar dinheiro com esse gás. Para isso, estão estudando formas de exportar o excedente de produção no país com estações de liquefação. Com o gás do pré-sal, podemos iniciar a produção de amônia e fertilizantes.

Segundo Márcio Balthazar, sócio da consultoria Nat Gas, é positiva a redução da participação da Petrobras na importação e no transporte do produto, para abrir espaço para a iniciativa privada:

— A Petrobras deve deixar de bancar todo o risco de suprimento integral do mercado brasileiro. O país vai ter novos produtores de gás, transportadores e compradores.

A Petrobras disse que vai avaliar "oportunamente os termos e as condições de um novo contrato de importação de gás natural da Bolívia, dentre os quais o volume a ser contratado". Afirmou ainda que o volume de gás depende do mercado e da disponibilidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura e Silvia Amorim

Título: Secretário de SP é cotado para equipe de Guedes

Wilson Poit negocia assumir comando das Privatizações. Levado por Doria, ele cuida da área na capital paulista

BRASÍLIA E SÃO PAULO- A equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, conversou com o atual secretário de Desestatizações e Parcerias da prefeitura de São Paulo, o empresário Wilson Poit, para assumir a Secretaria de

Privatizações, que ficará subordinada ao Ministério da Economia de Paulo Guedes. Poit, no entanto, ainda não recebeu um convite formal.

O empresário deve deixar a secretaria esta semana, quando haverá uma definição sobre sua ida para Brasília.

Ele ajudou a montar a pasta em São Paulo na gestão do ex-prefeito João Doria (PSDB), governador eleito do estado. Poit também atuou no governo do ex-prefeito Fernando Haddad (PT). A secretaria de Privatizações fará parte de um conjunto de quatro a seis estruturas dentro do Ministério da Economia. A intenção é definir o organograma do superministério até amanhã.

Poit deve deixar a Secretaria de Desestatização da prefeitura de São Paulo sem ter conseguido entregar a principal missão de sua gestão: o pacote de privatizações que o então prefeito João Doria prometeu durante a eleição de 2016.

O pacote inclui a concessão do Estádio do Pacaembu e a venda do Complexo do Anhembi e do Autódromo de Interlagos. Nenhuma dessas iniciativas saíram do papel. O caso mais avançado é o do Anhembi, cujo leilão está previsto para janeiro de 2019.

O Pacaembu chegou a ter anunciado um leilão para sua concessão este ano, mas foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Município por suspeita de irregularidades. Em seu currículo, Poit se apresenta como "gestor, palestrante e empreendedor em série". É formado em engenharia elétrica e já ocupou outros cargos públicos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Governo negocia fatia dos estados em receita de leilão

Guedes prometeu dividir arrecadação e disse que, quanto mais rápida a aprovação das reformas, maior será a divisão

BRASÍLIA E RIO- Depois da promessa do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de partilhar com estados e municípios parte da arrecadação que será obtida com um megaleilão de petróleo do pré-sal, Congresso e governo negociam como esse repasse será feito. Ontem, Guedes voltou a relacionar o repasse à rápida aprovação de reformas pelo Congresso.

— Quanto mais rápida a aprovação das reformas, maior a divisão — disse Guedes. — Acredito no pacto federativo. Tem de haver uma divisão.

A solução mais provável é transferir um percentual — até 20% — da receita esperada, de R\$ 100 bilhões, seguindo critérios de distribuição de recursos dos fundos de participação. Mas não há consenso.

Há no atual governo quem argumente que, em vez de usar a arrecadação do megaleilão, Guedes poderia negociar com o Congresso alteração nas regras do Fundo Social do pré-sal. Esta seria uma forma de ajudar os governos regionais com receitas de petróleo sem avançar sobre recursos importantes para as contas públicas.

Uma ideia seria transferir 30% da arrecadação destinada ao Fundo Social para os fundos de participação de estados e municípios. Projeto nesse sentido já foi aprovado no Senado. O Fundo Social do pré-sal recebe recursos principalmente oriundos da comercialização de petróleo pela União nos contratos de partilha (que regem a exploração do pré-sal). O problema da alternativa é que o dinheiro entraria de forma muito escalonada, diferentemente da arrecadação com o megaleilão do pré-sal.

A partilha foi discutida ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e por Guedes. No entanto, não houve acordo. No caso do leilão, além de definir a forma de partilhar verba com governos regionais, o Congresso tem que votar projeto de lei que abre caminho à venda do petróleo.

O leilão depende de acordo entre União e Petrobras em torno da cessão onerosa (acordo no qual a estatal ganhou o direito de explorar cinco bilhões de barris no pré-sal). O acerto está sujeito à aprovação do projeto. Somente depois dele é que a União poderá leiloar o petróleo excedente.

Eunício defendeu ontem que o projeto da cessão onerosa seja votado sem novas emendas que garantam a partilha dos recursos com estados e municípios. Essa estratégia poderia atrasar a tramitação da proposta. Mesmo assim, o presidente do Senado prometeu se empenhar na ajuda.

Ontem, Jorge Camargo, conselheiro do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) e do Cebri, defendeu que fosse avaliada a possibilidade de o megaleilão do pré-sal ser feito pelo regime de concessão e, não, pelo de partilha, no qual a produção pertence a União, que ressarcir a petroleira pelos custos da exploração e produção.

(Colaborou Ramona Ordonez)

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/11/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca e Marcelo Corrêa****Título: Pedro Guimarães, especialista em privatizações, deve presidir a Caixa**

Nome, indicado por Paulo Guedes, ainda tem de passar pelo crivo de Bolsonaro. Futuro ministro da Economia defende que banco se desfaça das áreas de jogos, cartões de crédito e seguros

BRASÍLIA- O economista Pedro Guimarães deve ser o novo presidente da Caixa Econômica Federal. Indicado para o cargo pelo futuro ministro da Economia do novo governo, Paulo Guedes, Guimarães aceitou o convite, segundo interlocutores. A indicação, no entanto, ainda tem que passar pelo crivo do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Guimarães também foi sondado para comandar a nova Secretaria de Privatizações, que ficará sob o guarda-chuva de Guedes, mas preferiu o banco público.

Os planos de Guedes para a Caixa passam pela privatização de várias áreas do banco não relacionadas a políticas públicas e que atraem interesse do setor privado. Entre elas estão jogos, cartões de crédito e seguros. A atual gestão da Caixa já vem preparando o terreno para essas medidas, como a criação de empresas específicas para serem privatizadas, segundo fontes da instituição.

Guimarães é sócio do banco de investimentos Brasil Plural e tem uma vasta experiência no mercado financeiro. Doutor em Economia pela Universidade de Rochester (EUA), especializou-se em privatizações e participou de diversos processos de venda de empresas no Brasil, como a do Banespa.

Além de cravar Guimarães na Caixa, Guedes ainda tem que definir os nomes para ocupar outras três vagas importantes no futuro governo: Banco do Brasil, Secretaria de Privatizações e Secretaria de Indústria e Comércio. Embora Ivan Monteiro, atual presidente da Petrobras, esteja cotado para o BB, isso também não está certo.

Segundo uma fonte, existe uma pressão política contra Monteiro, que trabalhou com Aldemir Bendine, ex-presidente do BB, condenado na Operação Lava-Jato. A base de eleitores do futuro presidente cobra nomes novos, principalmente sem relação com escândalos de corrupção.

A gestão de Monteiro na Petrobras é bem avaliada, mas a informação é que o executivo está esgotado, após ter de lidar com condições muito adversas na estatal, que chegou a ter endividamento de cerca de R\$ 500 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira

Título: Cade faz acordo com empreiteiras da Lava-Jato

Empresas investigadas por formação de cartel nos setores de óleo e gás, infraestrutura, obras de urbanização de favelas e até em estádios da Copa vão pagar R\$ 897,9 milhões em multa

BRASÍLIA- O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem 16 acordos com quatro empreiteiras envolvidas na Operação Lava-Jato: Carioca Engenharia, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez, além de funcionários e ex-executivos. As empresas são acusadas de promover cartéis em obras e projetos ligados à Petrobras, às usinas de Belo Monte e Angra 3, às ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste, à urbanização de favelas do Rio e à construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014. Juntas, as construtoras terão de pagar multa pecuniária de R\$ 897,9 milhões.

Os acordos homologados pelo Cade são chamados de Termos de Compromisso de Cessação (TCCs). Esse instrumento permite que as empresas se livrem de multas mais elevadas, mas não impede que as construtoras continuem sendo investigadas em outros processos ligados à Lava-Jato. Em troca do benefício, é preciso cessar o envolvimento no cartel e colaborar com investigações em curso na autarquia.

- Os acordos buscam criar incentivos para o ressarcimento aos cofres públicos
- afirmou o presidente do Cade, Alexandre Barreto.

REDUÇÃO DE 15% NA MULTA

Ele explicou que os acordos trazem uma novidade: a possibilidade de redução em 15% do valor da multa caso as empresas comprovem que fizeram reparação judicial ou extrajudicial dos danos causados. Barreto lembrou que os TCCs são parte de um processo mais amplo, que envolve todos os órgãos que investigam casos da Lava-Jato.

O Termo de Compromisso é resultado de um acordo de leniência, fechado com a primeira empresa que procura o Cade para colaborar na investigação e cessar a prática ilegal. Entre os benefícios, estão a extinção da multa e a redução da pena. Em seguida, outras companhias envolvidas não podem mais ter as vantagens da leniência, mas podem fazer TCCs.

As empresas OAS, Carioca e Odebrecht assinaram um TCC no processo administrativo que apura formação de cartel em licitações públicas conduzidas pela Petrobras, para contratação de serviços de engenharia, construção e montagem industrial onshore (exploração petrolífera em terra). Esse termo é fruto do primeiro acordo de leniência firmado pelo Cade no âmbito da Lava-Jato, em março de 2015, com a Setal Engenharia e Construções e a SOG Óleo e Gás. Os acordos anunciados ontem incluem ainda termos de compromisso referentes a obras de Angra 3, à implantação das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste, à construção de estádios da Copa e a trabalhos de urbanização dos Complexos do Alemão e de Manguinhos e da Rocinha.

Em nota, a Odebrecht informou ter se comprometido a pagar um total de R\$ 578 milhões. A construtora destacou ter sido a primeira empresa a firmar acordos de leniência com quatro instâncias federais no âmbito da Lava-Jato — Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União, Advocacia Geral da União e Cade. Segundo a Odebrecht, a homologação é mais um avanço da empresa na retomada de seus negócios.

"A nova gestão da OAS entende ser imperativo elucidar toda e qualquer dúvida sobre os negócios desenvolvidos pela empresa em períodos anteriores ao da recuperação judicial", destacou a OAS. Procuradas, a Carioca Engenharia e a Andrade Gutierrez não comentaram o assunto.

Para Marcelo Lico, da empresa de auditoria Crowe, além do acordo financeiro, o Cade deveria estabelecer exigências para que as construtoras mudem sua governança, com ética e regras de conduta.

Marcos Assi, da Massi Consultoria, avalia que um dos objetivos do Cade é permitir que as grandes empreiteiras retomem sua atuação em grandes obras:

— O país paralisou e precisa das empreiteiras. Porém, é bom lembrar que, se elas não cumprirem os acordos, terão multas ainda mais elevadas e serão proibidas de participar de licitações públicas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/11/2018****Seção: Sociedade****Autor: Elisa Martins e Renato Grandelle****Título: Aposta na floresta**

Fiscalização na Amazônia ajuda a reduzir emissões brasileiras de gases estufa

Um novo relatório divulgado ontem pelo Observatório do Clima mostrou que as emissões brasileiras de gases de efeito estufa caíram 2,3% em 2017 em relação ao ano anterior, passando de 2,119 bilhões para 2,071 bilhões de toneladas.

Um dos principais motivos para essa retração foi a fiscalização acirrada do Ibama sobre o desmatamento na Amazônia, que recuou 12% em apenas um ano. No Cerrado, porém, o resultado foi o oposto — a devastação aumentou quase 11%. Isso impediu uma queda ainda maior no índice total de emissões do país.

Ane Alencar, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e uma das autoras do documento, ressalta que a redução das emissões não foi tão baixa quanto se desejava: — Ainda temos a maior taxa de desmatamento de florestas e de outros tipos de vegetação nativa no mundo.

Os primeiros sinais de recuperação da economia, após dois anos de recessão, provocaram um aumento nas emissões de outras áreas. Foi o que aconteceu, por exemplo, no setor de energia, sobretudo no transporte e na geração de eletricidade.

O setor de resíduos sólidos também viu as emissões crescerem com a retomada econômica. Para reduzi-las, deve-se investir na cobertura do saneamento básico, o que tem avançado em ritmo lento. O aumento do PIB fez o brasileiro consumir mais carne, o que fez o abate bovino crescer e inibiu as emissões ligadas à agropecuária.

— As emissões diminuiriam sem que a renda do agronegócio caísse. Isso quer dizer que o crescimento econômico não impede a produtividade no campo — destaca Tasso

Azevedo, coordenador técnico do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), do Observatório do Clima.

— Se aumentarmos o número de cabeças de gado por hectare, podemos pegar áreas de pastagem e usá-las na agricultura. Depois recuperamos as áreas degradadas e elas são novamente transformadas em florestas.

As mudanças de uso da terra correspondem a quase metade da liberação de poluentes do país. Nos últimos anos, a fiscalização da Amazônia, uma das áreas mais críticas, ganhou reforço.

— Entre 2015 e 2016, o Ibama conseguiu recompor parte do orçamento com recursos provenientes do Fundo Amazônia, cuja principal fonte é o governo norueguês. Precisamos continuar com esta fiscalização — reivindica Azevedo.

O coordenador do Seeg destaca que o agronegócio responde por 71% das emissões totais do país, se forem somadas a liberação indireta de poluentes, por desmatamento, e as diretas, principalmente pelo metano do rebanho bovino. Tamanha concentração em apenas um setor da economia pode trazer muitas oportunidades, assegura Azevedo:

— Não há nenhum país do mundo com tantas possibilidades para seguir a economia de baixo carbono. Temos o maior potencial de produção de energia solar, eólica e hídrica. As florestas e bacias hidrográficas contribuem para o cultivo agrícola. Investir nesses recursos é um bom negócio.

Membro do Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Paulo Artaxo ressalta que a redução das emissões constatada no estudo ainda é insuficiente para impedir que o aumento da temperatura global permaneça em um nível considerado tolerável.

— Se as emissões mundiais não forem reduzidas, a previsão é que a temperatura do planeta aumente de seis a oito graus Celsius — alerta.

— Limitar esse movimento requer uma transição sem precedentes em todas as áreas, como energia, urbanização, infraestrutura e indústria, mas principalmente na agricultura. E ainda não temos a resposta sobre como isso será feito.

Já o Brasil, segundo o Acordo de Paris, se comprometeu a reduzir, até 2025, as emissões de gases estufa em 37%, em relação aos níveis de 2005. Para Azevedo, o país deverá se esforçar para cumprir o que foi prometido:

— Estamos na marca do pênalti. Qualquer suspiro no desmatamento nos desviará da meta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 22/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Para associações do etanol, estudo da Fazenda não implica liberação de venda**

Mercado Aberto

Entidades empresariais ligadas à produção, distribuição e venda de etanol que se opõem à venda direta para postos consideram que o Ministério da Fazenda será contrário à medida.

A ANP (agência nacional do petróleo e combustíveis) realizou, em agosto, discussões sobre novas regras para a comercialização.

A liberação da venda direta sem mudanças na tributação poderá gerar distorções no mercado de etanol hidratado, segundo nota da Fazenda. Um grupo de três secretarias fará um relatório com proposições para a questão.

"A ideia é só discutir a venda direta, mas não necessariamente aprová-la", diz Elizabeth Farina, diretora-presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

A entidade é contrária à mudança, pois considera que as usinas herdarão impostos pagos por distribuidoras.

Já há sonegação nos postos, e as empresas em dia com o fisco ficam em desvantagem, que seria ampliada com uma alteração da regra, diz Paulo Miranda, da Fecomcombustíveis (federação depostos).

"A Fazenda está preocupada com o PIS/Cofins. Ela resolverá isso se tributar na fonte, mas, sem distribuidoras, talvez o país inteiro não possa ser abastecido."

A Plural (entidade dos distribuidores) considera que a pasta vai estudar o tema de forma técnica, e diz, em nota, apoiar o grupo de trabalho.

Para a Feplana (federação dos plantadores de cana), a venda derrubaria preços. "Postos já procuram as usinas para compra, na expectativa da aprovação", diz o diretor-técnico José Severo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 22/11/2018**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Pelas beiradas

Futuro presidente da Petrobras age de maneira pragmática ao não falar em privatização integral, mas estatal pode encolher em áreas como o refino

A indicação do economista Roberto Castello Branco, de orientação liberal, para o comando da Petrobras constitui sinal evidente de que a gigante estatal permanecerá em processo de ajuste e enxugamento, embora não esteja claro o alcance dos planos de privatização.

Precisa prosseguir, decerto, o esforço de saneamento financeiro da empresa, depois do descalabro que quase a levou à insolvência durante a administração petista. Houve considerável redução das dívidas nos últimos dois anos, graças a cortes de custos, investimentos menores e venda de ativos.

Castello Branco mostra pragmatismo ao não falar em uma desestatização integral e imediata—complexa do ponto de vista técnico e hoje quase inviável politicamente.

Em vez disso, cabe persistir na retirada de atividades consideradas menos estratégicas — e menos controversas. O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), já aceitou a ideia nas áreas de refino e distribuição.

Quanto ao primeiro, embora o setor esteja aberto à participação privada desde 1997, na prática a Petrobras é dona de quase toda a capacidade nacional. A companhia vem estudando a venda do controle de refinarias no Nordeste e Sul do país, que em conjunto representariam 37% do parque instalado.

O assunto ficou em suspenso, contudo, em razão de uma liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, que condicionou privatizações, inclusive de subsidiárias, à aprovação do Congresso.

No setor de distribuição, já se deu um passo em dezembro do ano passado com a abertura do capital da BR Distribuidora, que gerou R\$ 5 bilhões. A etapa seguinte poderia ser a venda da empresa, ainda controlada pela Petrobras.

Em qualquer hipótese, o desejável aumento da concorrência depende de aperfeiçoamentos na regulação. Há muito a avançar nesse quesito, inclusive

com uma política de preços de combustíveis alinhada às boas práticas de mercado.

Até lá, a estatal deve dar prioridade à área de pesquisa e exploração, em que detém reconhecida competência. Nesse sentido, não haverá uma guinada em relação às atuais diretrizes. O plano de investimentos da companhia, de US\$ 74,5 bilhões entre 2018 e 2022, já direciona 60% do valor para essa rubrica.

Cumpra também aproveitar em prol do país, claro, as reservas de petróleo, em particular do pré-sal — tema em que já começam a ser superados os tabus estatistas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Joana Cunha

Título: Sondado para secretaria, Poit vê privatização como caminho sem volta

São Paulo- Sondado pela equipe do presidente eleito Jair Bolsonaro para assumir a secretaria de privatizações, que será criada pelo novo governo, o empresário Wilson Poit, hoje secretário de Desestatização da Prefeitura de São Paulo, tem dito a interlocutores que privatizações são "um caminho sem volta" no Brasil.

Com exoneração do posto atual já confirmada, Poit deixa, nesta semana, a Prefeitura de São Paulo, sob a gestão de Bruno Covas.

Foi ele quem ajudou a criar a pasta da desestatização na capital paulista na gestão do tucano João Doria.

Eleito governador do estado, Doria o convidou para participar da administração estadual em pasta similar a partir de 2019, mas Poit não aceitou.

Procurado pela reportagem para falar sobre a possibilidade de seguir para o governo federal com Bolsonaro, Poit não quis se manifestar.

A interlocutores que o procuraram nesta quarta-feira (21), depois que veio a tona a notícia de que o presidente eleito o escolhera para o cargo, ele apenas confirma que foram feitas sondagens, diz que ouviu rumores e leu a repercussão nos jornais, mas sem nenhum convite oficial.

Sua versão é a de que, após sair da prefeitura, ele vai se dedicar a projetos pessoais e à família.

Poit viu sua secretaria de Desestatização sofrer investidas na gestão de Bruno Covas, que em junho publicou um decreto diluindo o poder Executivo da pasta entre várias secretarias.

A medida visava dar à secretaria de Desestatização uma função de consultoria técnica, sem poder administrativo ou de fiscalização das concessões e privatizações, estabelecendo que a licitação, a gestão e a fiscalização dos contratos ficassem sob responsabilidade das secretarias às quais estão submetidos cada equipamento a ser privatizado.

A despeito da diluição dos poderes da pasta durante sua experiência na prefeitura, Poit permaneceu defensor da guinada desestatizante.

"A tendência é que os projetos continuem caminhando, não só na cidade de São Paulo, como em outros lugares. O presidente e os governadores eleitos estão falando muito nisso", disse Poit a um interlocutor.

Para empresários com experiência em privatizações, Poit é um bom nome, sério, e com caráter, mas não conseguiu entregar fortes resultados na prefeitura, apesar do esforço. Melhor seria um nome de um banqueiro especialista em fusões e aquisições, avaliam.

Formado em engenharia, Poit também passou pela gestão de Fernando Haddad (PT) antes de ingressar na gestão Doria. Ele ganhou notoriedade com a Poit energia, empresa de locação de geradores e transformadores que fundou em 1999 e vendeu em 2011 para a líder mundial do setor por R\$ 400 milhões.

A criação da secretaria de privatizações do governo Bolsonaro foi confirmada por Paulo Guedes, futuro ministro da economia, nesta terça-feira (20), com a missão de coordenar a venda de ativos estatais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Jânio de Freitas

Título: A ideia de esquartejar a Petrobras não é nova

A noção perdida

A privatização de partes da Petrobras, até deixar apenas o talo, é um dos poucos itens de política econômica confirmados pelos planejadores do futuro governo e pelo próprio Jair Bolsonaro, mas outra vez com dispensa de uma

obrigação preliminar. Tal como nos negócios do governo Fernando Henrique com empresas do Estado.

Por que à época vender a Vale, de alta lucratividade e, portanto, de dupla contribuição para os cofres públicos, em impostos e em rentabilidade de acionista? Não foi dito ao país. E o destino prometido para o resultado da venda era falso, jamais se informando ao país o fim dado à dinheirama.

A ideia de esquartejar a Petrobras não é nova. Subiu à tona nas águas da Lava Jato e começou a se efetivar na ilusória salvação que Michel Temer impôs à empresa. A BR Distribuidora e as refinarias, agora citadas para iniciar a privatização das mutilações, são duas minas de lucros.

Equipadas, organizadas, com matéria-prima e clientela garantidas, sem exigir investimento algum, não pedem mais do que a atividade atual para produzir altos lucros. Não dão motivo para sua venda.

A Petrobras as perderá com motivos para mantê-las. A rentabilidade da distribuidora e das refinarias deu forte contribuição às montanhas de recursos financeiros necessários à prospecção e à exploração do pré-sal.

Reprimido no seu "tudo vai ser privatizado" — em resposta como candidato sobre o futuro da Petrobras —, Bolsonaro diz que "a empresa vai se dedicar só à produção de mais petróleo". Mas depois de perder duas fontes dos recursos necessários a tal objetivo. E os cofres públicos deixam de receber os lucros do Estado como acionista da Petrobras e suas subsidiárias.

A sanha das privatizações, imposta pelo neoliberalismo e seu "capitalismo financeiro", já postos sob acusações graves por danos a muitos povos, tem muito o que privatizar, ou mesmo fechar, antes de suprimir fontes de recursos adicionais para a carente administração pública.

Ainda assim, voltados para um lado, os neoliberais gritam pelo corte de gastos, por falta de recursos; viram-se, e berram pela extinção de fontes de recursos. Não é de economia, sua pretensa especialidade, que estão falando. É de política, de necessidades da população, de objetivos do país — e de interesses de grupos nacionais e internacionais. Chegar ao governo, seja por eleição ou nomeação, não autoriza a pensar e conduzir-se como novo possuidor do que, sob a guarda do Estado, continua a ser patrimônio público.

No Brasil essa noção, fraca no passado remoto, esvaiu-se por completo em nosso tempo. Meia dúzia de governantes e planejadores decidem à vontade a destinação de patrimônios, vitais tantos deles, que custaram sacrifícios, esforços e muito tempo às gerações.

É o caso do conhecimento e das riquezas alcançadas pela Petrobras. E de certa paz, mantida à distância a ferocidade das ambições e disputas dos grupos magnatas do petróleo. Integrados na brava campanha "O petróleo é nosso", que teve o Clube Militar como sua fortaleza, os militares foram decisivos para a existência da Petrobras e, daí, para a potência petrolífera que o Brasil é hoje. Não é irônico que sejam militares a ameaçar a existência da Petrobras e mesmo a riqueza petrolífera do pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/11/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Retomada faz subir os lucros das empresas

Entre julho e setembro deste ano, o lucro líquido de 304 empresas com ações negociadas em bolsa aumentou 25,7% em relação aos mesmos meses de 2017, somando R\$ 53,58 bilhões, o quinto trimestre consecutivo de crescimento, segundo recente levantamento da Economática, que confirma a tendência de recuperação da atividade econômica. Dos 26 setores avaliados, 12 registraram aumento da lucratividade, 12 apresentaram queda e 2 (construção civil e minerais não metálicos) tiveram prejuízo no período considerado.

O dado mais surpreendente do estudo é o avanço do comércio. O lucro das 18 companhias abertas do setor atingiu R\$ 1,33 bilhão, registrando alta de quase 500% em relação ao terceiro trimestre de 2017. Há um aparente contraste com os números relativos às vendas no varejo em geral, que têm apresentado algumas baixas mensais e, quando obtêm avanços, estes se dão por taxas pouco expressivas.

Fogem desse padrão as grandes redes comerciais com ações em bolsa, muito ativas também no e-commerce, que têm sido mais beneficiadas pela queda dos juros e pelo incremento da massa de salários, fatores que impulsionam o consumo. Numa visão geral, sobressaem os lucros apresentados pelas empresas estatais, que responderam por quase 10 pontos percentuais no lucro do terceiro trimestre, como observa Einar Rivero, da Economática.

Nesse grupo, a Petrobrás (lucro de R\$ 6,64 bilhões no terceiro trimestre em comparação com R\$ 266 milhões de julho a setembro de 2017) foi a recordista em valor, graças a uma conjuntura favorável, por causa da alta das cotações do petróleo e do consequente reajuste dos preços internos dos combustíveis. Outras estatais – como Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal – reforçaram o peso do setor financeiro, que liderou em valor o ranking setorial.

O lucro líquido de 18 bancos somou R\$ 18,90 bilhões, 30% a mais que o lucro obtido no terceiro trimestre de 2017. De outra parte, foi uma grande empresa estatal – a Eletrobrás (prejuízo de R\$ 1,62 bilhão no trimestre em análise), a principal candidata à privatização – que puxou para baixo a lucratividade do setor de energia elétrica, que recuou 31,4%. As empresas de mineração de capital aberto, incluindo a Vale, tiveram uma queda de 20% nos ganhos no período considerado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Justiça paralisa venda de empresas da Eletrobrás

A 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro tornou sem efeito a 170ª assembleia geral extraordinária (AGE) da Eletrobrás, ocorrida em fevereiro, e que decidiu pela venda de algumas distribuidoras de energia da estatal. De acordo com a decisão, as empresas devem se abster de dar prosseguimento ao processo de privatização ou liquidação, e apresentarem – individualmente ou de forma coletiva – no prazo de até 120 dias, após intimadas, estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho.

A Eletrobrás afirmou, no entanto, que ainda não foi intimada da decisão e que, quando isso ocorrer, vai se manifestar sobre o teor e eventuais efeitos da decisão. Na AGE, foi autorizada a venda da Amazonas energia, Cenron (RO), Eletroacre (AC), Boa Vista energia (RR), Ceal (AL) e Cepisa (PI)). Destas, apenas a Amazonas energia, cujo leilão foi postergado para 27 de novembro, e a Ceal, envolvida em uma disputa com o governo de Alagoas, ainda não foram privatizadas.

A briga judicial começou em 5 de junho de 2018, quando a Eletrobras informou decisão da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, determinando que a companhia e as distribuidoras se abstivessem "de dar prosseguimento ao processo de desestatização". Em 11 de junho, no entanto, a companhia afirmou que a União havia apresentado pedido para sustar a antecipação da tutela concedida, tendo tal requerimento sido acatado pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Em 17 de agosto, o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região aceitou Agravo Regimental dos autores da ação para restabelecer a decisão inicial. Em 20 de agosto, porém, o presidente do Tribunal Superior do

Trabalho, suspendeu a liminar, permitindo, assim, a realização do leilão das distribuidoras da Eletrobrás, exceto a Ceal. /MÁRCIO RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Acordo garante pré-sal a Estados BRASÍLIA

Novo e atual governo negociam repasse de Fundo Social; municípios serão beneficiados

Pressionados pelos governadores eleitos, que vão receber os Estados com o caixa vazio e um volume crescente de despesas, o Congresso e a equipe econômica do futuro governo fecharam ontem um acordo para garantir uma injeção de recursos para as unidades da Federação. Ele prevê que os governadores receberão uma parcela do Fundo Social do pré-sal. O valor está em discussão. Com isso, saiu vencedora a posição defendida pelo atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Em entrevista publicada pelo Estado no último sábado, ele sugeriu a transferência desses recursos, em vez de entregar aos governadores uma parcela do resultado do leilão da cessão onerosa, como havia sinalizado o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Guardia afirmou que a União não poderia abrir mão dos recursos da cessão onerosa, estimados entre R\$ 100 bilhões e R\$ 130 bilhões.

O governo já conta com esse dinheiro para tapar parte do "rombo" nas contas federais em 2019. No entanto, na noite de terça-feira, as duas opções estavam sobre a mesa: transferir 20% recursos da cessão onerosa, algo como R\$ 20 bilhões, ou um montante provavelmente maior em recursos do Fundo Social. Sendo que, na segunda opção, os recursos seriam transferidos de forma gradual.

As duas opções dependem da aprovação de projetos de lei que estão em tramitação no Congresso. Ontem, Guedes admitiu pela primeira vez que apoia a ideia de partilhar com os governos regionais os recursos do megaleilão de pré-sal. O futuro ministro indicou que eles poderão ter um alívio maior se houver aceleração nas reformas.

"Quanto mais rápida for a aprovação das reformas, maior a divisão dos recursos", disse. Pelo acordo fechado ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo

Maia (DEM-RJ) se comprometeu a pautar, na próxima terça-feira, um projeto de lei que altera o Fundo Social e abre caminho para transferir recursos para Estados e municípios. No mesmo dia, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) colocaria em votação o projeto da cessão onerosa, que está em tramitação na casa.

A ideia é aprová-lo sem modificações, para que a matéria não tenha de voltar à Câmara, atrasando todo o processo que antecede o leilão da cessão onerosa. Como uma espécie de "plano B", outra opção seria conseguir do atual governo o compromisso de editar uma medida provisória (MP) para garantir a transferência de recursos do Fundo Social. Essa engenharia foi discutida num almoço na casa de Eunício, do qual participaram Guedes e o ministro extraordinário da transição, Onyx Lorenzoni. /EDUARDO RODRIGUES, MARIANA HAUBERT, IDIANA TOMAZELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Justiça paralisa venda de empresas da Eletrobrás

A 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro tornou sem efeito a 170ª assembleia geral extraordinária (AGE) da Eletrobrás, ocorrida em fevereiro, e que decidiu pela venda de algumas distribuidoras de energia da estatal. De acordo com a decisão, as empresas devem se abster de dar prosseguimento ao processo de privatização ou liquidação, e apresentarem – individualmente ou de forma coletiva – no prazo de até 120 dias, após intimadas, estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho.

A Eletrobrás afirmou, no entanto, que ainda não foi intimada da decisão e que, quando isso ocorrer, vai se manifestar sobre o teor e eventuais efeitos da decisão. Na AGE, foi autorizada a venda da Amazonas Energia, Cenron (RO), Eletroacre (AC), Boa Vista Energia (RR), Ceal (AL) e Cepisa (PI)). Destas, apenas a Amazonas Energia, cujo leilão foi postergado para 27 de novembro, e a Ceal, envolvida em uma disputa com o governo de Alagoas, ainda não foram privatizadas.

A briga judicial começou em 5 de junho de 2018, quando a Eletrobras informou decisão da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, determinando que a companhia e as distribuidoras se abstivessem "de dar prosseguimento ao processo de desestatização". Em 11 de junho, no entanto, a companhia afirmou que a União havia apresentado pedido para sustar a antecipação da tutela

concedida, tendo tal requerimento sido acatado pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Em 17 de agosto, o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região aceitou Agravo Regimental dos autores da ação para restabelecer a decisão inicial. Em 20 de agosto, porém, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, suspendeu a liminar, permitindo, assim, a realização do leilão das distribuidoras da Eletrobrás, exceto a Ceal. /MÁRCIO RODRIGUES

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 22/11/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Amazonas Energia afetarã conta de luz

Fortaleza — Qualquer que seja o futuro da Amazonas Energia, cujo leilão está marcado para a próxima terça-feira, o resultado será aumento na conta de luz de todos os brasileiros no ano que vem. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, disse ontem que as duas medidas provisórias editadas pelo governo para resolver o entrave da distribuidora da Eletrobras (MP 855 e MP 856) terão efeitos diretos nas tarifas de energia dos consumidores em 2019.

Se a empresa for privatizada, o impacto será de 0,75%, o que significa R\$ 1,1 bilhão a mais a ser rateado por todos os consumidores no período de um ano. Se não for vendida e o órgão regulador tiver de escolher uma operadora provisória para manter o serviço de distribuição de energia, o efeito será ainda maior, de 0,91%. A um desses índices deve se somar, ainda, o reajuste previsto de 1,1% nas tarifas, referente ao orçamento da Conta de Desenvolvimento de Energia (CDE), que está em audiência pública.

Presente no Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica (Sendi 2018), realizado em Fortaleza, Pepitone explicou que a MP 855 reconhece recursos para as distribuidoras não privatizadas — Amazonas e Companhia Energética de Alagoas (Ceal), cujo leilão está suspenso por liminar do STF —, para reequilibrar econômica e financeiramente essas empresas e torná-las atrativas ao mercado.

“Fizemos uma análise avaliando os dois cenários. Se, na terça-feira que vem, o governo lograr êxito e a Amazonas for vendida, o impacto tarifário adicional com a conjunção das duas MPs será de 0,75% em 2019”, ressaltou. “Não estou dizendo que a tarifa vai aumentar, porque tem uma composição de vários itens.

Esse item puxa 0,75% para cima. Outros fatores podem empurrar para baixo”, destacou.

No segundo cenário, as duas MPs vão gerar efeito de 0,91% no ano que vem, também adicional ao 1,1% calculado para a CDE e que ainda precisa ser aprovado. Segundo Pepitone, no entanto, há todos indícios de que o leilão será um sucesso. “Estamos otimistas que a Amazonas será vendida pela movimentação de grupos interessados”, garantiu.

Se não houver interesse, a MP 856 estabelece algumas condições, assinalou Pepitone. “O novo governo pode optar entre fazer um novo leilão em três meses, prorrogando essa situação até março, ou determinar que a Aneel promova uma licitação para escolher um operador temporário, que pode ficar nessa situação por até dois anos, até que se faça a licitação efetiva”, detalhou.

Apesar do otimismo do diretor-geral, a Aneel já está trabalhando para operacionalizar a segunda alternativa, estabelecendo critérios competitivos de escolha da operadora temporária. “Até o fim de novembro vamos abrir uma audiência pública para discussão do edital.”

*** Repórter viajou a convite da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)**

- **Portabilidade avança no Senado**

O projeto que cria a portabilidade nas contas de luz deu mais um passo ontem no Senado, ao ser aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta já havia recebido o aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. O texto agora segue, em caráter terminativo, para a Comissão de Infraestrutura. Atualmente, apenas grandes consumidores de eletricidade podem participar do chamado “mercado livre” de energia, negociando diretamente com os geradores. O projeto prevê que, independentemente da quantidade de eletricidade consumida, os usuários poderão contratar o fornecimento de luz de qualquer distribuidora que opere no Sistema Interligado Nacional (SIN).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Claudia Safatle | De Brasília****Título: Cessão onerosa pode render R\$ 40 bi a mais**

O megaleilão dos excedentes da cessão onerosa no pré-sal renderá cerca de R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 48 bilhões para a União e R\$ 12 bilhões para os Estados e municípios (20% do valor), se feito pelo regime de partilha. Se o leilão for alterado para o regime de concessão, a arrecadação aumentará substancialmente, atingindo cerca de R\$ 100 bilhões. Nesse caso, a transferência para os Estados e municípios sobe para R\$ 20 bilhões e o Tesouro Nacional embolsa R\$ 80 bilhões.

Esse é um bom motivo para o governo de Jair Bolsonaro patrocinar a mudança na lei do pré-sal para voltar ao modelo de leilões adotado antes dos governos do PT. "Essa é a nossa estratégia", disse uma fonte qualificada da equipe de transição.

Os caminhos políticos para essa mudança estão sendo traçados na equipe de transição. O projeto de lei 78/2018, aprovado na Câmara e que deve ser votado no Senado na próxima semana, dá as bases jurídicas para a revisão do contrato da cessão onerosa. Este projeto foi feito com base no regime de partilha e não há previsão para mudá-lo. Ao contrário, há uma enorme resistência em modificá-lo pois, nesse caso, ele teria que voltar para a Câmara. Na impede, porém, que o atual governo ou o próximo proponham uma nova medida provisória ou projeto de lei alterando o regime para concessões.

Ontem o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, almoçou com o presidente do Senado, Eunício de Oliveira (MDB-CE), que propôs distribuir parte desses recursos do mega leilão com os governadores e prefeitos que, em sua grande maioria, enfrentam grave crise fiscal. No almoço estava presente, também, o futuro chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

Mais cedo Eunício esteve com governadores do Nordeste, em que defendeu que governadores e prefeitos recebam uma fatia do megaleilão e assumiu o compromisso de votar o projeto de lei na próxima quarta-feira. "Se tiver entendimento. Posso votar até a próxima quarta-feira, se houver entendimento geral e não houver emendas para não voltar à Câmara", disse ele.

O presidente do Senado disse que conversou com o atual presidente, Michel Temer, e com o presidente eleito, Jair Bolsonaro. Todas essas conversas têm

sido, porém, para viabilizar a repartição dos recursos com os Estados e municípios e para aprovar o PL 78/2018 tal como está para que ele não volte à Câmara.

Tramita na Câmara o projeto de lei 209, que regulamenta o fundo social do pré-sal. Se aprovado, o dinheiro para os entes da federação poderá transitar por esse fundo.

Caso o PL 209 não seja aprovado, o presidente Michel Temer poderá editar uma medida provisória propondo a criação do fundo social. Nada impede que nessa mesma medida seja acrescentada a mudança do regime de partilha para o de concessão. O relator do PL 78/2018, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), no entanto, acha que essa é uma matéria para o novo governo, e não para um governo em fim de mandato.

No fim do dia, Eunício, que havia estranhado o futuro ministro da Economia no primeiro encontro de ambos, mudou de opinião e elogiou Paulo Guedes. "Tive excelente impressão do ministro, que passei a admirar", disse o senador.

Os economistas da equipe de transição encarregados de apresentar as medidas necessárias para zerar o déficit primário do governo central em 2019 fizeram os cálculos das receitas que poderão ser arrecadadas com os leilões da cessão onerosa nos regimes de partilha e de concessão. Sem esses recursos será muito difícil cumprir o compromisso assumido durante a campanha eleitoral, de eliminar o déficit previsto no Orçamento do próximo ano, de R\$ 139 bilhões.

Cada centavo que for subtraído da arrecadação federal terá que ser cortado de alguma outra despesa orçamentária, para o cumprimento da meta de zerar o déficit primário. Reduzir a receita do megaleilão da cessão onerosa que ficará com a União será uma grande dor de cabeça para os técnicos encarregados de preparar um Orçamento equilibrado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Novos governadores contestam exigência à Vale em concessões

Os governadores recém-eleitos de Pará e Espírito Santo estão insatisfeitos com as contrapartidas exigidas da Vale no processo de renovação antecipada das concessões de duas ferrovias controladas pela mineradora, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), que se encaminham

para a reta final. Eles pretendem levar ao futuro ministério de Jair Bolsonaro, a partir de janeiro, uma série de dúvidas em torno dos cálculos que embasam a prorrogação e um pedido de mais compensações para os seus Estados.

Os contratos originais vencem entre 2026 e 2027. Em troca da extensão por 30 anos, o governo Michel Temer impôs como exigência a construção pela Vale de 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), entre Mato Grosso e Goiás.

Para os governadores eleitos do Pará, Helder Barbalho (MDB), e do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), essa contrapartida privilegia investimentos fora da região de influência das ferrovias e negligencia seus próprios Estados. A gestão Temer defende o sistema de investimentos "cruzados" e argumenta que reduzir os custos logísticos para escoar grãos do maior polo agrícola do país torna a Fico uma prioridade.

"Ficou desequilibrado, precisamos rediscutir, vamos conversar com o novo governo sobre esse assunto", disse Casagrande ao **Valor**. "Temos uma ferrovia que transporta minério para o Espírito Santo, carvão para Minas Gerais, com saldo negativo na área ambiental e na área social, mas não vamos ter contrapartidas."

Uma audiência pública foi aberta pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para receber contribuições de interessados antes que os processos sejam encaminhados para análise final no Tribunal de Contas da União (TCU). O cronograma, que previa a assinatura das prorrogações contratuais neste ano, acabou escorregando para 2019. Caberá ao futuro governo, portanto, decidir se mantém as condições atuais ou se promove mudanças.

Barbalho demonstra preocupação com os números. A ANTT apresentou um cálculo segundo o qual a duplicação da Estrada de Ferro Carajás, executada pela Vale com aval do poder concedente, resultaria em indenização acima de R\$ 18 bilhões da União à mineradora se o contrato não for renovado e o ativo for devolvido.

"Primeiro ponto: desejamos fazer parte e compreender os números que levam ao montante estimado para a renovação. Quem se beneficia da ferrovia duplicada é a própria Vale", afirmou Barbalho ao **Valor**. "O segundo ponto é a necessidade de diálogo para que os Estados envolvidos nas malhas em questão possam participar ativamente dos benefícios e compensações por essa operação."

Ainda durante a pré-campanha eleitoral, ele obteve uma importante vitória política ao negociar com Temer a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário, que geraria recursos para investimentos em novas ferrovias no Pará. A principal fonte de arrecadação do fundo seria o pagamento de outorga, incluindo o ágio, no leilão da Norte-Sul - previsto para o início de 2019. No entanto, a MP que institui o fundo ainda não foi votada e vence na próxima quarta-feira.

"Sabemos como o país e a empresa se beneficiam, mas queremos ter clareza de quais serão os benefícios e compensações para o Pará", completou o emedebista.

Consultada sobre as declarações dos novos governadores, a Vale preferiu apenas reiterar que "está participando do processo de prorrogação antecipada das suas concessões ferroviárias" e que o conselho de administração analisará "as contrapartidas requeridas pelo governo federal, a serem oficializadas depois da etapa de audiências públicas".

O **Valor** apurou que, nos bastidores, a Vale está em tratativas para contornar a oposição dos capixabas com um investimento adicional. A ideia lançada pela mineradora é construir pelo menos uma parte da Ferrovia Rio-Vitória, projeto que passaria pela localidade onde está o futuro Porto Central (ES), começando por trecho de 110 quilômetros na saída da Grande Vitória - com maiores desafios de engenharia e de desapropriações.

Fora do pacote de exigências para a renovação dos contratos atuais, o investimento nesse primeiro trecho seria de R\$ 2,5 bilhões. A Vale bancaria cerca de R\$ 1 bilhão do total, com origem nos créditos que tem a receber do governo estadual por suas exportações de minério de ferro. Pela Lei Kandir, os Estados precisam devolver aos exportadores tudo o que é recolhido na cobrança de ICMS.

A proposta é vista com desconfiança por Casagrande. "Na prática, é o Estado quem paga. Teoricamente, é direito deles receber. Mas é um esqueleto da administração pública. A União precisa ressarcir os Estados. Se eu pagar a ferrovia sem receber da União, quem fará o investimento será o próprio Espírito Santo. O problema é a Lei Kandir. Desonerou, o Estado ficou com débitos com as empresas que exportam, e a União ressarce muito menos."

Nessas conversas, além do aporte de R\$ 1 bilhão com recursos dos créditos de ICMS, a Vale defende que sejam usados na Rio-Vitória outros R\$ 485 milhões, valor de um termo de ajustamento de conduta (TAC) pela devolução ao poder concedente de 1,7 mil quilômetros da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) em

estado precário. Há amparo legal no eventual uso de tais recursos em uma nova ferrovia, mas isso depende de um acordo entre todas as partes.

Tanto Barbalho quanto Casagrande ressaltam que não são contra a prorrogação antecipada das concessões em si, mas consideram que os termos anunciados pelo atual governo ainda não foram suficientes para comprovar a eficácia da opção escolhida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Desmate na Amazônia é nocivo à agropecuária, indica estudo

A Amazônia brasileira tem 62 milhões de hectares de áreas públicas ainda sem destinação e ameaçadas de desmatamento e grilagem. As florestas dessas regiões contribuem todos os anos com mais de US\$ 420 milhões para a produção agropecuária, apenas considerando o serviço que prestam na regulação das chuvas. Isso equivale a 35% do total da rentabilidade líquida da soja em Mato Grosso.

"A perda do agronegócio em Mato Grosso se as áreas não designadas fossem desmatadas seria de quase meio bilhão de dólares ao ano", diz o professor Britaldo Soares-Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que coordenou um estudo abrangente sobre precificação dos serviços ambientais da Amazônia, em parceria com o economista Jon Strand, do Banco Mundial.

O estudo mapeou o valor de serviços ecossistêmicos da floresta na produção de alimentos (castanha do Brasil), no fornecimento de matérias-primas (borracha e madeira), na mitigação de gases-estufa (absorção e estoque de carbono) e na regulação do clima (avaliando as perdas para soja, pecuária e geração de hidroeletricidade se o volume de chuvas diminuir).

Calculou, inclusive, as perdas na produção de madeira deteriorada pela degradação causada pelos incêndios.

O trabalho durou três anos e é assinado por um grupo de 13 pesquisadores de várias universidades. Um artigo publicado há poucos dias na "Nature Sustainability" calcula parte do valor monetário da floresta em pé.

A lógica do estudo procura dar valor ao custo de destruir uma unidade de floresta ou dar valor ao benefício de preservá-la.

O artigo mostra que o desmatamento de um hectare em algumas regiões gera perdas de até US\$ 40 ao ano na produção de castanha do Brasil e de US\$ 200 no caso de madeira sustentável. A soma dos serviços ambientais pode chegar, em algumas áreas, a US\$ 737 por hectare por ano - um valor muito superior ao que é gerado pela pecuária de baixa produtividade, diz a nota à imprensa.

Somando o valor dos serviços ambientais, os pesquisadores calcularam que a floresta amazônica pode contribuir com a economia do Brasil em US\$ 8,2 bilhões anuais. Os 62 milhões de hectares de florestas em áreas ainda não designadas, e por isso com grande risco de serem desmatadas, geram um valor de US\$ 1,9 bilhão ao ano.

"Isso é uma questão de soberania nacional", registra o professor Soares-Filho. "Designar estas áreas significa protegê-las. Poderiam tornar-se florestas de produção, com uso sustentável e sem precisar derrubá-las", continua. "Quando se faz a designação destas áreas, assegura-se que elas se tornem um bem comum em vez de deixá-las para a especulação e a grilagem."

"O artigo mostra o papel importante das áreas privadas", diz Raoni Rajão, outro autor do trabalho e coordenador do laboratório de gestão de serviço ambiental da UFMG. Seu valor foi estimado em US\$ 3,3 bilhões de serviços ambientais ao ano.

No caso da soja, se o desmatamento da Amazônia atingisse áreas de uso sustentável, proteção integral, terras indígenas, áreas militares, privadas e sem destinação, o risco climático anual associado a florestas seria de US\$ 763 milhões ao ano. Para a pecuária, o valor alcança US\$ 1,4 bilhão.

"É importante ressaltar que este é um estudo conservador", diz Rajão. O valor do carbono ou da madeira, por exemplo, só foi considerado em áreas com elevado risco de desmatamento, próximas a vias de acesso.

O estudo quantifica apenas um pequeno espectro dos serviços ambientais, diz a nota. "Trabalhamos com valores que são mensuráveis. Há serviços ambientais da floresta amazônica que nem podemos imaginar, como aqueles relacionados ao patrimônio genético que ainda é desconhecido", lembra o professor Soares-Filho.

O trabalho identifica, ainda, os pontos mais ricos em biodiversidade na floresta, embora sem estimar seu valor. Mas reconhece que a floresta amazônica tem mais espécies únicas do que qualquer outra região geográfica de tamanho parecido na Terra.

A extração de produtos não madeireiros como a castanha do Brasil, a madeira ou a borracha contribuem para o modo de vida de 6 milhões de pessoas vivendo na Amazônia brasileira, de acordo com o estudo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Francesa Total compra Zema Petróleo, com 280 postos

Há muitos anos com os mesmos grandes grupos na liderança, o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil passa por um chacoalhão em 2018 com a chegada de novos competidores internacionais de peso. Foram três grandes negócios neste ano atraindo ao país as tradings Glencore e Vitol e a petroleira CNPC. Agora é a vez da gigante francesa Total. O grupo de petróleo, que tem receita anual de US\$ 140 bilhões e é avaliado em US\$ 150 bilhões na Bolsa de Nova York, fechou a compra da Zema Petróleo, depois de muito namorar esse segmento no Brasil.

Com planos de longo prazo para o país, a Total escolheu como porta de entrada a companhia fundada pela família do governador eleito de Minas Gerais, Romeu Zema, do Partido Novo. A empresa tem receita anual da ordem de R\$ 2,5 bilhões, atende a uma rede com 280 postos e possui uma fatia de mercado de pouco menos de 1%.

A Zema Petróleo tem bases de distribuição em Barra do Garça e Cuiabá (MT), Uberlândia, Uberaba e Betim (MG), em Paulínia, Bauru, São José dos Campos e Ribeirão Preto (SP), em Senador Canedo (GO) em Duque de Caxias (RJ) e em Brasília. Conforme o Valor apurou, 60% do volume vendido pela distribuidora é destinado aos postos que até então levam o sobrenome do novo governador e que devem, a partir da operação, adotar a marca da Total. Os demais 40% comercializados atendem unidades classificadas como "bandeira branca", que não possuem contratos de exclusividade para abastecimento e nem usam a marca de nenhuma grande distribuidora.

Companhia de distribuição fundada pela família Zema tem 280 postos e receita anual de R\$ 2,5 bilhões

O valor de compra da Zema Petróleo não foi informado. Segundo analistas do setor, as transações no segmento de distribuição costumam variar entre um múltiplo de 7 vezes e 8,5 vezes o Ebitda anual (lucro antes de juros, impostos,

depreciação e amortização). No caso em questão, significa um intervalo de R\$ 390 milhões a R\$ 500 milhões para a aquisição.

Com operações verticalizadas na cadeia do petróleo mundo afora, a Total atua em exploração de petróleo no Brasil, com 20% do consórcio do campo de Libra e mais cinco blocos no Foz do Amazonas, além de ter uma pequena operação de lubrificantes.

Essa não é a primeira investida do grupo aqui no ramo de distribuição. Entre o fim de 2013 e o começo de 2014, a francesa negociou a compra da rede Alesat, mas sem alcançar um acordo.

Desde que a Petrobras adotou a nova política de preços para combustíveis em outubro de 2016 e passou acompanhar o mercado internacional, o setor de distribuição têm sentido as consequências.

A nova prática comercial da Petrobras, que tem 100% a capacidade de refino do país, abriu espaço para a importação, que disparou em 2017, e trouxe uma volatilidade até então desconhecida para os distribuidores acostumados a atuar no Brasil. A novidade impactou até mesmo os grandes grupos. Alguns souberam aproveitar as mudanças para conquistar mercado, enquanto outros perderam rentabilidade.

A paridade com o mercado externo despertou atenção de grupos internacionais para os ativos brasileiros. A suíça Glencore comprou a Alesat e a holandesa Vitol adquiriu 50% da Rodoil - ambas grandes tradings de commodities. Em março, a gigante chinesa CNPC colocou pé nesse segmento ao assumir 30% da TT Work, que reúne uma distribuidora (Petronac), uma importadora de derivados (AtlantImport) e terminais (Tecom).

O acordo final entre a Total e o grupo Zema foi assinado no dia 15 de novembro, em São Paulo, no escritório da boutique de negócios Estáter, que representou o grupo francês junto com o escritório Vella Pugliesi Buosi Guidoni Advogados. Mas foi só ontem que os funcionários da empresa mineira e os revendedores tomaram conhecimento da operação, com a chegada dos executivos franceses para as formalidades em solo mineiro.

Após a Estáter mapear diversos alvos potenciais desde o começo deste ano, a Total fez em junho a primeira aproximação com o grupo Zema. Assessorado pelo banco ABC Brasil e pelo Tozzini Freire Advogados, com o interesse da petroleira francesa, a família mineira decidiu iniciar um processo competitivo pelo negócio, mas que não chegou a avançar devido ao recebimento da proposta firme da Total.

A expectativa no mercado de distribuição é que a Total, a partir dessa transação, buscará consolidar uma posição relevante. Há diversos anos, as líderes BR Distribuidora (Petrobras), Raízen (sociedade entre Cosan e Shell) e Ipiranga (grupo Ultrapar) oscilam entre 20% e quase 25% da distribuição cada. Já em número de postos, os dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam que quase 45% das unidades em operação no país são bandeira branca.

A empresa de combustíveis era o maior negócio da família Zema, que atua em diversos setores. Em 2017, o faturamento total do grupo Zema foi de R\$ 4,4 bilhões e, neste ano, deve chegar a R\$ 5 bilhões. A segunda maior empresa é a rede de varejo Zema Eletro - com 430 lojas em seis Estados e R\$ 1,3 bilhão em receita. O grupo possui ainda uma financeira e revenda de automóveis.

O governador eleito de Minas Gerais, que até então nunca havia sequer disputado um cargo público, foi quem esteve à frente da gestão dos negócios até janeiro de 2017. Desde então, o presidente é César Donizete Chaves, que está na companhia da família há 40 anos.

O grupo - baseado na cidade de Araxá, no leste de Minas - começou com o avô de Romeu Zema e hoje pertence a ele e seus dois irmãos. Levando em conta todas as unidades de negócios antes da transação, o grupo tem mais de 800 pontos de vendas. (Colaborou Ivo Ribeiro, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Francesa Total compra Zema Petróleo, com 280 postos

Há muitos anos com os mesmos grandes grupos na liderança, o mercado de distribuição de combustíveis no Brasil passa por um chacoalhão em 2018 com a chegada de novos competidores internacionais de peso. Foram três grandes negócios neste ano atraindo ao país as tradings Glencore e Vitol e a petroleira CNPC. Agora é a vez da gigante francesa Total. O grupo de petróleo, que tem receita anual de US\$ 140 bilhões e é avaliado em US\$ 150 bilhões na Bolsa de Nova York, fechou a compra da Zema Petróleo, depois de muito namorar esse segmento no Brasil.

Com planos de longo prazo para o país, a Total escolheu como porta de entrada a companhia fundada pela família do governador eleito de Minas Gerais, Romeu Zema, do Partido Novo. A empresa tem receita anual da ordem de R\$ 2,5

bilhões, atende a uma rede com 280 postos e possui uma fatia de mercado de pouco menos de 1%.

A Zema Petróleo tem bases de distribuição em Barra do Garça e Cuiabá (MT), Uberlândia, Uberaba e Betim (MG), em Paulínia, Bauru, São José dos Campos e Ribeirão Preto (SP), em Senador Canedo (GO) em Duque de Caxias (RJ) e em Brasília. Conforme o **Valor** apurou, 60% do volume vendido pela distribuidora é destinado aos postos que até então levam o sobrenome do novo governador e que devem, a partir da operação, adotar a marca da Total. Os demais 40% comercializados atendem unidades classificadas como "bandeira branca", que não possuem contratos de exclusividade para abastecimento e nem usam a marca de nenhuma grande distribuidora.

Companhia de distribuição fundada pela família Zema tem 280 postos e receita anual de R\$ 2,5 bilhões

O valor de compra da Zema Petróleo não foi informado. Segundo analistas do setor, as transações no segmento de distribuição costumam variar entre um múltiplo de 7 vezes e 8,5 vezes o Ebitda anual (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). No caso em questão, significa um intervalo de R\$ 390 milhões a R\$ 500 milhões para a aquisição.

Com operações verticalizadas na cadeia do petróleo mundo afora, a Total atua em exploração de petróleo no Brasil, com 20% do consórcio do campo de Libra e mais cinco blocos no Foz do Amazonas, além de ter uma pequena operação de lubrificantes.

Essa não é a primeira investida do grupo aqui no ramo de distribuição. Entre o fim de 2013 e o começo de 2014, a francesa negociou a compra da rede Alesat, mas sem alcançar um acordo.

Desde que a Petrobras adotou a nova política de preços para combustíveis em outubro de 2016 e passou acompanhar o mercado internacional, o setor de distribuição têm sentido as consequências.

A nova prática comercial da Petrobras, que tem 100% a capacidade de refino do país, abriu espaço para a importação, que disparou em 2017, e trouxe uma volatilidade até então desconhecida para os distribuidores acostumados a atuar no Brasil. A novidade impactou até mesmo os grandes grupos. Alguns souberam aproveitar as mudanças para conquistar mercado, enquanto outros perderam rentabilidade.

A paridade com o mercado externo despertou atenção de grupos internacionais para os ativos brasileiros. A suíça Glencore comprou a Alesat e a holandesa Vitol adquiriu 50% da Rodoil - ambas grandes tradings de commodities. Em março, a

gigante chinesa CNPC colocou pé nesse segmento ao assumir 30% da TT Work, que reúne uma distribuidora (Petronac), uma importadora de derivados (AtlantImport) e terminais (Tecom).b).

O acordo final entre a Total e o grupo Zema foi assinado no dia 15 de novembro, em São Paulo, no escritório da boutique de negócios Estáter, que representou o grupo francês junto com o escritório Vella Pugliesi Buosi Guidoni Advogados. Mas foi só ontem que os funcionários da empresa mineira e os revendedores tomaram conhecimento da operação, com a chegada dos executivos franceses para as formalidades em solo mineiro.

Após a Estáter mapear diversos alvos potenciais desde o começo deste ano, a Total fez em junho a primeira aproximação com o grupo Zema. Assessorado pelo banco ABC Brasil e pelo Tozzini Freire Advogados, com o interesse da petroleira francesa, a família mineira decidiu iniciar um processo competitivo pelo negócio, mas que não chegou a avançar devido ao recebimento da proposta firme da Total.

A expectativa no mercado de distribuição é que a Total, a partir dessa transação, buscará consolidar uma posição relevante. Há diversos anos, as líderes BR Distribuidora (Petrobras), Raízen (sociedade entre Cosan e Shell) e Ipiranga (grupo Ultrapar) oscilam entre 20% e quase 25% da distribuição cada. Já em número de postos, os dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apontam que quase 45% das unidades em operação no país são bandeira branca.

A empresa de combustíveis era o maior negócio da família Zema, que atua em diversos setores. Em 2017, o faturamento total do grupo Zema foi de R\$ 4,4 bilhões e, neste ano, deve chegar a R\$ 5 bilhões. A segunda maior empresa é a rede de varejo Zema Eletro - com 430 lojas em seis Estados e R\$ 1,3 bilhão em receita. O grupo possui ainda uma financeira e revenda de automóveis.

O governador eleito de Minas Gerais, que até então nunca havia sequer disputado um cargo público, foi quem esteve à frente da gestão dos negócios até janeiro de 2017. Desde então, o presidente é César Donizete Chaves, que está na companhia da família há 40 anos.

O grupo - baseado na cidade de Araxá, no leste de Minas - começou com o avô de Romeu Zema e hoje pertence a ele e seus dois irmãos. Levando em conta todas as unidades de negócios antes da transação, o grupo tem mais de 800 pontos de vendas. **(Colaborou Ivo Ribeiro, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Marina Falcão | Do Recife****Título: Aço Cearense reduz dívida em R\$ 1 bi**

O grupo Aço Cearense, fabricante e distribuidor de aço, conseguiu um abatimento de mais de R\$ 1 bilhão das suas dívidas com aprovação do seu plano de recuperação judicial. O passivo da empresa com os grandes bancos e fornecedores - caso de Usiminas - caiu de cerca de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 800 milhões. O montante será pago em 15 anos.

O equacionamento da dívida deve dar fôlego ao grupo, que na área operacional vive um bom momento, de acordo com o empresário Vilmar Ferreira, presidente da empresa. Ele prevê um faturamento recorde de R\$ 2,7 bilhão este ano, alta de mais de 22% em relação ao ano passado.

O lucro antes de juros e impostos, amortização e depreciação (Ebitda) deve alcançar cerca de R\$ 270 milhões, alta de 35%, também um recorde na companhia.

Segundo Ferreira, as vendas, tem sido impulsionadas pelo segmentos de aços longos, que estão com um bom preço no mercado internacional, enquanto no setor de aços planos, o desempenho tem sido "razoável".

Após se endividar para fazer uma série de investimentos, como a construção da siderúrgica Sinobrás, no Pará, e a compra de uma participação de 1% na hidrelétrica de Belo Monte, o grupo foi abatido pela crise econômica em 2014. "A gente vinha acreditando, investindo alto, se endividando. Aí veio a Dilma", afirma Vilmar Ferreira, fundador da empresa.

Em maio do ano passado, após três anos consecutivos de recessão econômica, a empresa entrou com pedido de recuperação judicial, assessorada pelo escritório Nunes, D'Álvia e Notari, de São Paulo. Os principais credores são os grandes bancos - principalmente o BTG Pactual - e fornecedores, entre eles a siderúrgica mineira. Juntos, concentram 75% do passivo da empresa.

Um ano e meio depois do pedido de recuperação, o plano foi aprovado por representantes de 54,3% do total dos créditos e 85% dos presentes em uma assembleia ocorrida no dia 9. Banco do Brasil, China Construction Bank, Itaú, Santander e Banco do Nordeste (BNB) votaram contra a aprovação, mas foram vencidos pela maioria favorável, que incluiu o BTG e a Usiminas.

A decisão da assembleia de credores é soberana. No entanto, há possibilidade de recurso dos credores descontentes.

O empresário afirma que está com uma confiança modesta na retomada da atividade econômica a partir do ano que vem, quando assumirá o novo governo presidencial. Importador de cerca de 30% de aço plano (chapas e bobinas) que vende no país, o grupo Aço Cearense tem seu desempenho sempre bastante atrelado ao câmbio. "O que é melhor para gente é o que é melhor para o Brasil: um câmbio valorizado. Ajuda no controle da inflação e alivia a pressão sobre os juros", afirma Ferreira. O ideal, diz o empresário, seria dólar abaixo de R\$ 3,30.

O valorização do dólar frente ao real inibe as importações de aço por importadores locais.

Entre 2015 e 2016, o empresário demitiu 1.300 dos funcionários. Diz que recontratou 400 no ano passado, quando houve sensível reação do mercado no último trimestre. Após quatro anos consecutivos de queda na produção industrial de aço bruto no Brasil, 2017 apresentou um crescimento de 9,9%, em relação ao ano anterior.

No acumulado do ano, até setembro, há um crescimento de 2,5% na produção de aço bruto no Brasil, segundo dados do Instituto Aço Brasil. Diante do desempenho ainda tímido do setor, um novo aumento significativo no número de trabalhadores no grupo Aço Cearense deve ficar para 2020, diz Ferreira. No momento, o grupo emprega diretamente 3.769 e mais de 5.700, considerando também os colaboradores indiretos.

No ano passado, o grupo Aço Cearense registrou um prejuízo líquido de R\$ 46 milhões, O resultado refletiu uma perda financeira R\$ 210 milhões, fruto da variação cambial sobre dívida e das altas despesas da companhia com juros e encargos.

Segundo balanço, no fim do ano passado, a empresa tinha patrimônio líquido de R\$ 90 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petróleo recupera perdas

Os preços do petróleo fecharam em alta ontem, com os investidores ajustando posições na véspera do feriado do Dia de Ação de Graças, após sofrerem fortes quedas de mais de 6% na terça-feira. Os contratos do Brent para janeiro subiram 1,51%, a US\$ 63,48, em Londres. Já o WTI para o mesmo mês fechou em alta de 2,24%, a US\$ 54,63, em Nova York. Na terça-feira, o Brent caiu 6,4% e o WTI, 6,6%. Os dados oficiais de estoques de petróleo do Departamento de Energia dos EUA (DoE) apontaram aumento de 4,851 milhões de barris na semana passada, superando a expectativa de consenso, de alta de 1,9 milhão de barris, e contrariando os dados divulgados na terça-feira pelo Instituto Americano de Petróleo, que apontaram queda no período. Mesmo assim, as altas se mantiveram.

Leilão da Amazonas Energia

A decisão de primeira instância da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro que suspendeu a assembleia geral extraordinária (AGE) da Eletrobras realizada em 8 de fevereiro, deliberando pela privatização das distribuidoras, não afeta o leilão da Amazonas Distribuidora, marcado para terça-feira, segundo fontes ligadas à companhia e ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**. A avaliação se dá pelo fato de que a Eletrobras tem uma liminar do Tribunal Superior do Trabalho (TST) garantindo a validade da AGE em questão. O governo e a estatal aguardam um parecer de força executória da Advocacia-Geral da União (AGU) que confirme essa interpretação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Consumo de etanol tende a resistir à baixa do petróleo

O derretimento do petróleo no mercado internacional nos últimos dois meses está chegando aos poucos aos postos de combustíveis. Embora o preço da gasolina nas bombas ainda não tenha caído na mesma proporção que a gasolina vendida nas refinarias da Petrobras, o movimento já coloca uma pulga atrás da orelha dos usineiros. Até então, eles tinham a expectativa de elevar os preços do etanol hidratado nesta entressafra. Mas o cenário indica que, apesar de a demanda se manter aquecida, os preços não devem atingir os patamares desejados pelo setor.

Desde o início de outubro - quando o petróleo começou a ceder nas bolsas de Nova York e Londres - até a semana encerrada dia 17 de novembro, o preço da gasolina C (vendida nos postos já misturada ao etanol anidro) caiu em média no

país 1,8%, ou R\$ 0,108 por litro, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). No mesmo período, o preço que a Petrobras pratica nas refinarias para a gasolina A - sem adição de anidro - já caiu 27%, ou R\$ 0,6065 por litro.

Concorrente da gasolina, o etanol hidratado começou a refletir esse movimento em novembro, em um momento em que a expectativa era que o biocombustível começasse a subir, já que as usinas do Centro-Sul estão encerrando a moagem da cana da safra 2018/19. Na média nacional, o preço do hidratado caiu 1,9% desde a última semana de outubro, ou R\$ 0,057 o litro, segundo a ANP. Nesse mesmo período, o etanol já recuou 7% (ou R\$ 0,129 por litro) nas usinas paulistas, de acordo com indicador do Cepea/Esalq.

Essa queda vem na contramão da expectativa das usinas, uma vez que o preço do biocombustível já estava mais alto nesta safra e costuma começar a subir nesta época do ano. Mas o mercado ainda está cético quanto a uma pressão adicional sobre os preços do etanol, já que o produto vem de um período em que esteve bastante competitivo ante a gasolina, o que estimulou uma demanda recorde em meses recentes.

"[O etanol] perdeu um pouco de competitividade, mas ainda estamos bem competitivos tanto na correlação com a gasolina como em valores absolutos. Devemos permanecer assim em novembro", afirma Martinho Ono, da SCA Trading, que comercializa o biocombustível. Para ele, o etanol vai se ajustar ao novo "teto" da gasolina. Assim, o preço na entressafra deve ser um pouco menor que o esperado.

Em São Paulo, maior centro consumidor, mesmo com a queda recente do etanol, a correlação com o valor da gasolina subiu, passando de 61% na segunda semana de outubro para 63,1% na última semana de novembro. Mas continua distante do patamar em que estaria equivalente ao rendimento da gasolina, de 70% para a média da frota flex brasileira. A diferença nominal entre o litro do etanol e o da gasolina também caiu, mas continua grande, alcançando R\$ 1,617 o litro na última semana pesquisada pela ANP no Estado.

Enquanto essa correlação continuar favorável para a venda de etanol, o consumo tende a se manter aquecido, avaliam analistas. Ono estima que o volume de hidratado vendido aos postos deve ficar em média em 2 bilhões de litros ao mês neste último trimestre do ano. O volume é bem superior ao do mesmo período do ano passado, quando as vendas ficaram em torno de 1,4 bilhão de litros por mês.

Para Willian Hernandez, sócio da consultoria FG/A, ainda que a distância entre os preços do etanol e da gasolina encurte para 67%, "o consumo vai continuar

alto e tende a explodir". Ele avalia, porém, que quanto mais tempo o preço do etanol ficar vantajoso em relação ao da gasolina, mais violenta tende a ser a correção dos preços no futuro. "Também podemos ver sair de 64% para 75% do nada", afirma. A rapidez, acrescenta, vai depender do gradualismo do ajuste entre os preços dos combustíveis.

Ambos concordam, porém, que uma eventual alta do etanol no último trimestre da safra 2018/19 (primeiro trimestre do próximo ano) deve frustrar a expectativa das usinas, pois deve ficar abaixo do esperado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/11/2018

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Debênture da Lajeado

A Lajeado Energia, uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, emitiu R\$ 100 milhões em debêntures de infraestrutura com vencimento para 2022. Os papéis pagarão um retorno equivalente a 109,25% do CDI. **(Silvia Rosa)**

Celeo capta R\$ 565 milhões

A S&P Global atribuiu rating preliminar "AAA" à futura emissão de R\$ 565 milhões em debêntures da Celeo Redes Transmissão de Energia. Os papéis terão vencimento em novembro de 2023 e pagarão juros semestrais. Os recursos serão utilizados para quitar as dívidas existentes com o BNDES e também para distribuir dividendos ao seu acionista controlador, a Celeo Redes Brasil, que tem como sócios o grupo Elecnor e o fundo holandês APG Infrastructure. **(Silvia Rosa)**

MME / ASCOM .